



DIVISÃO TERRITORIAL PARA IMPLANTE DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ? CRAS - DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG E ENFRENTAMENTO À QUESTÃO SOCIAL.

Autor(es): Angélica de Santana Rocha, Marcos Esdras Leite

OBJETIVOS: Comunicar proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Social ? PPGDS, UNIMONTES - que visa avaliar a cobertura da Política de Assistência Social ao município de Montes Claros a partir de observações lançadas sobre a divisão territorial de abrangência de cada CRAS. Os Centros de Referência de Assistência Social ? CRAS?s ? surgem como estratégia de enfrentamento à Questão social, que se caracteriza pelas vulnerabilidades sociais e econômicas que assolam certas parcelas da sociedade segmentada em classes. O CRAS é o ponto de referência local de cada município para atendimento às famílias, garantindo o acesso à assistência conforme prevê a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

METODOLOGIA: Para implante dos CRAS?s a cidade foi dividida em 12 grandes polos, contendo áreas de maior risco e vulnerabilidade social. Esta pesquisa pretende verificar a coerência entre a divisão territorial e os serviços prestados por cada unidade de CRAS, observando as demandas e as ações que são implementadas. Para desenvolver esta avaliação observaremos os seguintes pontos: lógica da divisão territorial para implante de cada CRAS e capacidade de atendimento destes às demandas de cada território; coerência entre as ações dos CRAS?s e as reais demandas de cada território referenciado.

RESULTADOS: Parcialmente construiu-se mapa que demonstra a divisão territorial do município, também mapas de renda de acordo com dados do IBGE, onde os diversos segmentos populacionais foram representados em cada território segundo a renda familiar per capita mensal. Os dados do IBGE sobre renda se fazem pertinentes uma vez que esta é critério usado pela Política de Assistência ao delimitar um público para a prestação dos serviços de assistência social.

CONCLUSÃO: A divisão territorial deve acontecer de forma a promover o acesso do usuário aos benefícios previstos pela Legislação que rege a Assistência Social no Brasil, assim se faz pertinente o levantamento de dados e a construção de demonstrativos (gráficos, tabelas, mapas sociais) que indiquem as condições sociais e econômicas de cada território. A realidade social é dinâmica uma vez que os atores sociais se transformam constantemente e alteram o meio em que se encontram, o que exige constante trabalho de avaliação das ações voltadas aos diversos segmentos sociais, a fim de que a aplicabilidade da política de assistência se dê de maneira efetiva.